

## **EDITALN.º03/2025**

Edital do processo de eleição dos representantes da sociedade civil, mandato 2026/2028, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PIRACICABA (CMDCA)** no uso de suas atribuições previstas na Lei Ordinária Federal (LOF) N° 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 13/07/1990, na Lei Ordinária Municipal (LOM) N° 6.246 de 03/06/2008 e em suas alterações, em especial a de N° 9.918 de 18/05/2023, e no exercício de sua função deliberativa e controladora das ações da Política Pública Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Piracicaba, torna público o Processo de Eleição dos representantes da Sociedade Civil para a composição deste colegiado para o biênio 2026/2028, de acordo com as disposições deste Edital.

### **I-DO OBJETO**

**Art. 1º.** Constitui objeto deste Edital o processo de Eleição das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) de Defesa ou Atendimento da Criança e do Adolescente e Universidade ou Instituto de Pesquisa, e seus respectivos titulares e suplentes, com reconhecida atuação na defesa e promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes.

**§1º.** Serão eleitas 05 (cinco) OSCs e 01 (uma) universidade ou instituto de pesquisa.

I – O Sindicato dos Contabilistas (SINCOP), indicará um representante;

II – A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB Piracicaba), indicará um representante.

**§2º** As OSCs deverão estar devidamente registradas no CMDCA de Piracicaba, situado à Rua Joaquim André, 895 – Centro – Piracicaba.

### **II-DA NATUREZA E COMPOSIÇÃO DO CONSELHO**

**Art. 2º.** O CMDCA constitui-se em um importante fórum democrático de discussão, deliberação e formulação da política social de proteção integral da criança e do adolescente, a partir da corresponsabilidade dos Poderes Públicos e da Sociedade Civil, em face da efetivação dos direitos sociais do cidadão, bem como o atendimento dos mesmos no Município de Piracicaba, através de políticas básicas de educação, saúde, recreação, esporte, cultura, lazer, profissionalização e outros, assegurando-se em todas elas o tratamento com dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar e comunitária.

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” Art. 227 da Constituição Federal e art. 4º da Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

**Art. 3º.** O CMDCA é composto por 16 (dezesseis) membros titulares e seus respectivos suplentes, sendo 08 (oito) membros representantes da Sociedade Civil e 08 (oito) membros representantes do poder público do Município de Piracicaba, conforme dispõe o art. 112 e seus incisos da LOM n.º 6.246/2008 e suas alterações, principalmente a Lei nº 9918 de 18 de maio de 2023. Dos representantes da Sociedade Civil, 01 (um) deve ser da Comissão da Criança e Adolescente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB Piracicaba), 01 (um) do Sindicato dos Contabilistas de Piracicaba (SINCOP), 05 (cinco) de OSCs de Defesa ou Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, e 01 (um) de Universidade/Instituto de Pesquisa de Piracicaba.

### **III-DA CONDUÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL**

**Art. 4º.** O processo eleitoral será conduzido pela Comissão Eleitoral, constituída por 05 (cinco) conselheiros, designados em reunião ordinária do CMDCA e devidamente publicada em Diário Oficial do Município.

**Art.5º.** A Comissão Eleitoral terá as seguintes atribuições:

- Garantir a lisura no processo de eleição para a composição dos representantes da Sociedade Civil do CMDCA;
- Dirigir e acompanhar a realização da Assembleia Geral, até o final dos trabalhos;
- Referendar o credenciamento dos participantes no processo eleitoral;
- Fazer publicar na imprensa local a relação dos eleitos;
- Julgar as impugnações dos candidatos;
- Deliberar sobre a validade ou anulação do voto;
- Dirimir as dúvidas e decidir sobre os casos omissos neste Edital;
- Homologar os resultados finais, elaborando Ata da Assembleia Geral, que deverá ser assinada por todos os componentes da Comissão Eleitoral, após o término do processo de apuração.

### **IV -DOS CONVOCADOS**

**Art. 6º.** Ficam convocadas todas as OSCs de Defesa ou Atendimento da Criança e do Adolescente, juridicamente constituídas no município, em regular funcionamento e inscritas no CMDCA há no mínimo 2 (dois) anos para participar do Processo Eleitoral referente a 05 (cinco) vagas para representante titular e seu suplente.

**Art. 7º.** Ficam convocadas todas as Universidades e Institutos de Pesquisa de Piracicaba em regular funcionamento no município a participar do Processo Eleitoral referente a 01

"É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão." Art. 227 da Constituição Federal e art. 4º da Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

(uma) vaga para representante titular e seu suplente.

**§1º.** Não poderá ser indicado como representante de OSCs de Defesa ou Atendimento da Criança e do Adolescente e Universidades/Instituto de pesquisa, pessoa que ocupe cargo eletivo, emprego público, cargo ou função de confiança, na administração pública do Poder Executivo e Legislativo. No caso do conselheiro concorrer a cargo eletivo dos Poderes Executivo, Legislativo ou do Conselho Tutelar, este perderá sua indicação, devendo a OSC indicar outro representante para imediata substituição.

**§2º.** A Universidade e/ou Instituto de Pesquisa deverá apresentar, no ato da inscrição, comprovante de inscrição no Ministério de Educação e Cultura (MEC), comprovante de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) que comprove funcionamento no município de Piracicaba, Documento de Inscrição Cadastral (DIC) e Certificado de Licenciamento Integrado (CLI).

**§3º.** Conforme o disposto no art. 59-A do Estatuto da Criança e do Adolescente, os(as) candidatos(as) e representantes indicados(as) deverão apresentar, até o momento da posse, certidão negativa de antecedentes criminais Estadual e Federal expedida pelos órgãos competentes, como condição para investidura no cargo de Conselheiro(a) de Direitos.

**Art. 8º.** A OSC de Defesa ou Atendimento da Criança e do Adolescente e Universidade/Instituto de pesquisa eleita para composição do colegiado fica obrigada a promover as condições necessárias para a efetiva participação de seu representante no exercício da função de conselheiro (titular ou suplente), no CMDCA/Piracicaba durante o biênio 2026/2028.

## V-DAS INDICAÇÕES DOS DELEGADOS

**Art. 9º.** As OSCs de Defesa ou Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente e Universidades/Institutos de Pesquisa devidamente habilitadas nos termos desse Edital deverão no ato de sua inscrição indicar um delegado, que seja vinculado a organização, maior de 18 (dezoito) anos, residente e domiciliado em Piracicaba/SP.

**Parágrafo único.** Deve se entender por vinculado a OSC de Defesa ou Atendimento da Criança e do Adolescente e Universidades/Instituto de Pesquisa pessoa que tenha sido eleita e empossada por Assembleia para exercer cargo na sua diretoria, bem como funcionário da equipe técnica, ou funcionário que atue de forma efetiva na área de garantia

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” Art. 227 da Constituição Federal e art. 4º da Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

dos direitos da criança e do adolescente com vínculo empregatício na organização.

**Art. 10º.** É vedada a indicação de nomes ou qualquer outra forma de ingerência do Poder Público no processo de escolha dos representantes da sociedade civil junto ao CMDCA.

## VI-DAS INSCRIÇÕES DE OSCs E DELEGADOS

**Art.11º.**As inscrições, tanto para delegados quanto para candidatos, deverão ser realizadas no período de 18 de novembro a 18 de dezembro de 2025, através do Sistema SEM PAPEL.

**Art. 12º.** Para as inscrições das OSCs de Defesa ou Atendimento da Criança e do Adolescente e Universidades/Institutos de Pesquisa deverão ser anexados no Sistema SEM PAPEL os Formulários abaixo, devidamente preenchidos e assinados pelo seu presidente/diretor, acompanhado de carimbo ou assinatura digital da Instituição, além das cópias da CNH ou RG/CIN, CPF e comprovante de residência dos indicados a representantes titular e suplente.

**§1º.** Para inserção da inscrição no Sistema SEM PAPEL: acessar o link <https://sempapel.piracicaba.sp.gov.br/atendimento/servicos-categoria/23> e selecionar a categoria “Solicitações Diversas - Ofício Externo Requerimento”. Na página que será aberta, selecionar o órgão “Prefeitura do Município de Piracicaba” e a Secretaria “Cidadania”, escrever “Eleição dos Representantes da Sociedade Civil do CMDCA Biênio 2026/2028” no campo assunto, e anexar os documentos citados no **Artigo 12**.

**§2º.** A Comissão de Eleição realizará análise para verificar se as OSCs e Universidades/Institutos de Pesquisa inscritas atendem aos critérios estabelecidos, pelos **Artigos 6º e 7º** desse edital, e emitirá parecer deferindo ou indeferindo a solicitação, assinada por dois membros da Comissão de Eleição.

**§3º.** O deferimento ou indeferimento do Formulário de Inscrição, será comunicado no prazo de 2 (dois) dias úteis via sistema SEM PAPEL para a OSCs de Defesa ou Atendimento da Criança e do Adolescente concorrente, com esclarecimento do motivo.

**§ 4º.** Das inscrições indeferidas caberá um único recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis da data do recebimento do comunicado do indeferimento, através do Sistema SEM PAPEL, tendo a Comissão Eleitoral o prazo de 2 (dois) dias úteis para respondê-los.

**§5º.** O CMDCA publicará no Diário Oficial do Município e no Portal dos Conselhos a

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” Art. 227 da Constituição Federal e art. 4º da Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

resolução com a relação dos delegados habilitados a votar e das OSCs de Defesa ou Atendimento da Criança e do Adolescente e Universidades e Institutos de Pesquisa habilitadas a serem votadas, enviando convocação para participação na Eleição, via sistema SEM PAPEL.

**§6º.** Caso o número de OSCs seja inferior ao número de vagas a serem preenchidas, o prazo para inscrições e demais fases desse pleito poderão ser alterados pela Comissão Eleitoral que encaminhará a devida publicação no Diário Oficial do Município.

## VII- DO LOCAL, DIA E HORÁRIO DA VOTAÇÃO

**Art. 13º.** A eleição para o mandato de Conselheiro no CMDCA no Biênio de 2026/2028 será realizada no dia **14 de janeiro de 2026**, às 13:00 para chegada (credenciamento) dos delegados, às 13:30 para primeira convocação, às 14:00 para início do processo de eleição e às 15:00 para encerramento do processo de eleição e início da apuração dos votos– na Secretaria de Cidadania e Parcerias, localizada na Rua Joaquim André nº895, Centro, nesta cidade e Estado.

**§1º** No ato do credenciamento será obrigatória a apresentação de documento de identificação dos delegados.

## VIII-DO PROCESSO DE ELEIÇÃO

**Art. 14º.** A eleição se dará por voto direto e secreto entre os Delegados devidamente inscritos.

**Parágrafo único.** O local definido para a votação será especialmente preparado pela Comissão Eleitoral e equipe de apoio, contendo urna lacrada, espaço reservado para votação e demais materiais e equipamentos necessários para o pleito.

**Art. 15º.** A Assembleia será instalada pelo Presidente da Comissão Eleitoral, em primeira convocação dos representantes das OSCs de Defesa ou Atendimento da Criança e do Adolescente e Universidades/Institutos de Pesquisa credenciadas e inscritas às 13:00, com início do processo eleitoral às 14:00.

**Parágrafo único.** Após o início do processo eleitoral, o delegado que não realizou o credenciamento até a primeira convocação não terá direito ao voto.

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” Art. 227 da Constituição Federal e art. 4º da Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.



**Art. 16º.** Após ser instalada a Assembleia, o Presidente da Comissão Eleitoral fará a leitura das disposições sobre o processo de eleição descritas nesse Edital.

**Art. 17º.** Após a leitura das normas estabelecidas para o processo de eleição, o Presidente da Comissão Eleitoral será denominado Presidente da Assembleia e nomeará um secretário e dois receptores de votos para composição da mesa entre os membros da Comissão Eleitoral.

**Parágrafo único.** Não poderão compor a mesa receptora de votos, cônjuges e parentes consanguíneos e afins até 4º grau de diretoria de OSCs candidata à eleição.

**Art. 18º.** O Presidente da Assembleia anunciará os nomes das OSCs de Defesa ou Atendimento da Criança e do Adolescente e Universidades/Instituto de Pesquisa e seus respectivos representantes.

**§1º.** Após o anúncio será realizada uma apresentação individual de acordo com a ordem alfabética das OSCs de Defesa ou Atendimento da Criança e do Adolescente e Universidades/Instituto de Pesquisa, representados por uma pessoa a elas vinculadas conforme **Art. 9, Parágrafo Único**.

**§2º.** A Eleição será secreta, com cédulas rubricadas pelo Presidente da Assembleia e entregue a cada delegado das OSCs de Defesa ou Atendimento da Criança e do Adolescente e das Universidades e Institutos de Pesquisa.

**§3º.** Na Cédula Eleitoral, que será utilizada para votação, constará em ordem alfabética nome das OSCs de Defesa ou Atendimento da Criança e do Adolescente e Universidades/Instituto de Pesquisa.

**§4º.** Na frente do nome das OSCs de Defesa ou Atendimento da Criança e do Adolescente e das Universidades/Instituto de Pesquisa haverá um espaço quadriculado onde o delegado **deverá assinalar com um X o seu voto**.

**§5º.** Cada organização, a partir de seu delegado habilitado, **poderá votar uma única vez, em até 03 (três) OSCs de Defesa ou Atendimento da Criança e do Adolescente e em até 01(uma) Universidade/Instituto de Pesquisa**.

**§6º.** A cédula será dobrada e colocada na urna eleitoral.

"É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão." Art. 227 da Constituição Federal e art. 4º da Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

**Art. 19º.** Fica vedada qualquer manifestação dos integrantes da mesa que interfira na opção do delegado.

**Art. 20º.** Nenhuma pessoa ou autoridade estranha à mesa poderá intervir no funcionamento dos trabalhos.

**Art.21º.**O local de votação será fiscalizado pelos membros da Comissão Eleitoral.

## IX-DA APURAÇÃO DOS VOTOS

**Art. 22º.** Concluída a votação, a Comissão Eleitoral iniciará o trabalho de apuração dos votos, lavrando-se em ata circunstanciada, que será assinada pelo Presidente da Assembleia e pelos integrantes da mesa.

**§1º.** Serão anulados os votos que tiverem mais organizações assinaladas do que o descrito no **§5º do Artigo 18**, com rasura e/ou qualquer marcação que impossibilite identificar a preferência do delegado.

**§2º.** Serão consideradas eleitas as 05 (cinco) OSCs e 01(uma) Universidades/Instituto de Pesquisa que obtiverem maior número de votos.

**§3º.** As demais OSCs de Defesa ou Atendimento da Criança e do Adolescente e Universidades/Institutos de Pesquisa serão consideradas suplentes, respeitando a ordem de votos e o critério de desempate, em caso de desistência da OSC eleita, que deverá ser documentada por ofício via sistema SEM PAPEL.

**§4º.** Ocorrendo igualdade de votos, estabelece-se como critério de desempate que terá prioridade a organização mais antiga, segundo sua data da fundação.

**§5º.** Encerrada a apuração, o Presidente da Assembleia proclamará o seu resultado, determinando a publicação do mesmo no Diário Oficial do Município e no Portal dos Conselhos, bem como sua afixação na Secretaria de Cidadania e Parceria.

## X-DO MANDATO

**Art. 23º.** As OSCs e as Universidades/Institutos de pesquisas serão eleitas para um mandato de 02 (dois) anos, com direito a uma recondução.

"É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão." Art. 227 da Constituição Federal e art. 4º da Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

**§1º.** No caso de comprovada perda do vínculo do representante com a instituição conforme **Artigo 9º**, assumirá seu suplente imediato, devendo a OSC e/ou Universidade/Instituto de pesquisas indicar novo suplente.

**§2º** No caso de extinção ou perda de registro da organização eleita, a mesma perderá seu mandato no CMDCA, assumindo a organização suplente imediata.

**§3º.** A função de membro do Conselho é considerada de interesse público relevante e não será remunerada, conforme art. 89 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

**§4º.** O conselheiro indicado compromete-se a participar efetivamente de toda ação do CMDCA a saber: reuniões ordinárias mensais, reuniões extraordinárias conforme demanda, reuniões de comissões, visitas às OSCs, eventos comemorativos e de formação continuada, entre outros trabalhos afetos ao CMDCA.

**§5º.** O mandato das OSCs e da Universidade/Instituto junto ao CMDCA será de 2 (dois) anos, sendo permitida uma única reeleição, devendo-se submeter a novo processo eleitoral, sendo vedada a prorrogação de mandatos ou a recondução automática.

## **XII-DA NOMEAÇÃO DAS OSCs NÃO GOVERNAMENTAIS E UNIVERSIDADES/INSTITUTOS DE PESQUISA ELEITOS**

**Art. 24.** Após finalização do processo eleitoral de posse dos nomes dos representantes e suplentes, o CMDCA encaminhará **ao Senhor Prefeito a ata da Assembleia**, contendo os nomes das OSCs de Defesa ou Atendimento da Criança e do Adolescente e Universidades/Institutos de Pesquisa eleitas e seus respectivos representantes titulares e suplentes, para nomeação por decreto, junto com os representantes indicados pelo poder público das secretarias, bem como os representantes da Comissão da Criança e Adolescente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB Piracicaba) e do Sindicato dos Contabilistas de Piracicaba (SINCOP).

## **XIII-DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 25º.** A Comissão Eleitoral durante o processo de eleição poderá solicitar quaisquer informações e/ou documentos caso entenda necessário.

**Art. 26º.** A inscrição das OSCs das Universidades/Institutos e indicação do SINCOP e OAB no processo eleitoral implica a aceitação de todas as normas e condições previstas neste

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” Art. 227 da Constituição Federal e art. 4º da Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.



Edital, no Regimento Interno e Legislação que rege o tema.

**Art. 27º.** As OSCs e as Universidades/Institutos eleitas serão empossados e assumirão o mandato a partir do dia **02 de fevereiro de 2026**.

**Art 29º.** Este Edital foi aprovado na reunião ordinária de 14 de novembro de 2025 e entra em vigor na data de sua publicação.

Piracicaba, 14 de novembro de 2025.

**Paula Marcela Magrini Cordeiro**  
**Presidente**

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” Art. 227 da Constituição Federal e art. 4º da Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

### CALENDARIO DO PROCESSO DE ELEIÇÃO

18/11/2025 a 18/12/2025	Inscrições
19/12/2025 e 22/12/2025	Análises e homologação das candidaturas
23/12/2025	Publicação da Resolução com as candidaturas homologadas e as Indeferidas
24/12/2025 a 31/12/2025	Apresentação dos recursos contra as candidaturas indeferidas
05/01/2026 e 06/01/2026	Análise dos recursos das candidaturas inferidas
07/01/2026	Publicação sobre as decisões dos recursos
08/01/2026 e 09/01/2026	Convocação dos Delegados e candidatos
14/01/2026	Eleição
14/01/2026	Apuração dos votos

**FORMULÁRIO DE INDICAÇÃO DAS OSCs E UNIVERSIDADES/INSTITUTOS DE  
PESQUISA**

**SEGMENTO:( ) OSC ( ) UNIVERSIDADE/INSTITUTO DE PESQUISA**

Nome da Organização:		
Área/Serviço de atuação:		
Data da Fundação:		
Data da primeira inscrição da OSC no CMDCA:		
Endereço:		
Bairro:		
Município:	Estado:	CEP:
Telefone:	Celular:	
E-mail da OSC:		

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Presidente/Representante Legal

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” Art. 227 da Constituição Federal e art. 4º da Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

FORMULÁRIO DE INDICAÇÃO DEREPRESENTANTES DE OSC E  
UNIVERSIDADES/INSTITUTOS DE PESQUISA –  
SENDO 01 (UM) TITULAR E SEUSUPLENTE.

SEGMENTO:( ) OSC ( ) UNIVERSIDADE/INSTITUTODE PESQUISA

INDICAÇÃO	
Nome do candidato Titular:	
Data Nascimento:	
RG:	CPF:
Profissão/ Cargo:	
Tempo de vínculo com a OSC:	
Nome do candidato Suplente:	
Data Nascimento:	
RG:	CPF:
Profissão/ Cargo:	
Tempo de vínculo com a OSC:	

Eu, \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_,  
CPF nº \_\_\_\_\_, indico como candidato(a) a conselheiro de direito do CMDCA a  
pessoa acima inscrita, confirmando que a mesma tem vínculo (funcionário ou diretor) com  
esta OSC desde \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Declaro estar ciente e de acordo em dispensar o  
funcionário no seu horário de trabalho, sempre que necessário, para o desenvolvimento de  
atividades no CMDCA.

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Presidente/Representante Legal

12

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” Art. 227 da Constituição Federal e art. 4º da Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

**FORMULÁRIO DE INDICAÇÃO DE REPRESENTANTES DE OSC E  
UNIVERSIDADES/INSTITUTOS DE PESQUISA -  
PARA 01 (UM) DELEGADO**

**SEGMENTO: ( ) OSC ( ) UNIVERSIDADE/INSTITUTO DE PESQUISA**

<b>Nomedo Delegado:</b>	
Data Nascimento:	
RG:	CPF:
Endereço:	
Bairro:	
Município:	Estado:
Telefone:	Celular:
E-mail da OSC:	
Instituição que representa:	
Profissão/ Cargo:	
Tempo de vínculo com a OSC:	
Datada Fundação da OSC:	

\_\_\_\_\_  
Assinatura do delegado

Eu, \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_,  
CPF \_\_\_\_\_, indico como **delegado(a)** a pessoa acima inscrita, confirmando  
que a mesma tem vínculo (funcionário ou diretor) com esta OSC desde \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Declaro estar ciente e de acordo em dispensar o funcionário no seu horário de trabalho, para  
comparecer no dia da eleição.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Presidente/Representante Legal

13

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” Art. 227 da Constituição Federal e art. 4º da Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.





# Assinaturas do documento

"Edital eleicao das OSCs corrigido (1)"



Código para verificação: **XF13U24B**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **PAULA MARCELA MAGRINI CORDEIRO** (CPF: \*\*\*.169.848-\*\*) em 17/11/2025 às 10:59:59 (GMT-03:00)  
Emitido por: "SolarBPM", emitido em 05/08/2025 - 17:07:54 e válido até 05/08/2028 - 17:07:54.  
(Assinatura do Sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link

<https://sempapel.piracicaba.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos> e informe o processo **PMP 2025/167531** e o código **XF13U24B** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.